



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

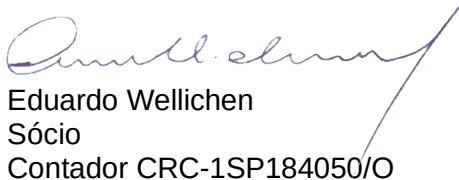
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-1SP184050/O

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		26.131	42.878
Caixa e equivalentes de caixa	4	56	31
Investimentos de curto prazo	5	6.192	18.969
Concessionárias e permissionárias	6	1.254	1.729
Impostos a recuperar		524	2.006
Ativo contratual da concessão	7	16.680	18.764
Outros ativos		1.425	1.379
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		126.676	125.987
Concessionárias e permissionárias	6	98	69
Ativo contratual da concessão	7	125.634	124.917
Depósitos judiciais		663	648
Direito de uso sobre arrendamento		117	153
Imobilizado		164	200
TOTAL DO ATIVO		152.807	168.865
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		19.168	43.476
Fornecedores		109	169
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	-	14.404
Tributos e contribuições sociais a recolher		863	3.970
Encargos regulatórios		255	357
Provisões pré-operacionais		417	711
Arrendamentos a pagar	13.c	35	32
Dividendos a pagar	13.b	14.814	20.921
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	2.043	2.299
Outros passivos		632	613
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		36.071	34.725
Encargos regulatórios		133	102
Arrendamentos a pagar	13.c	98	133
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	15.390	15.302
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	20.424	18.620
Provisão para contingências	11	26	568
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		97.568	90.664
Capital social	12.a	33.532	33.532
Reservas de lucros	12.b	64.036	57.132
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.807	168.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção		4.400	4.031
Remuneração ativo contratual da concessão		14.901	16.249
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	19.301	20.280
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(1.199)	(1.580)
LUCRO BRUTO		18.102	18.700
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(374)	(195)
Pessoal		(455)	(1.075)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(72)	(104)
Outras receitas	16	1.279	7.885
		378	6.511
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.480	25.211
Despesas financeiras	17	(1.405)	(2.705)
Receitas financeiras	17	2.490	1.641
		1.085	(1.064)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.565	24.147
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.988)	(1.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 18	(1.780)	(3.677)
		(3.768)	(5.419)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.797	18.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.797	18.728
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	15.797	18.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.532	4.600	3.443	15.651	18.717	-	75.943
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.728	18.728
Destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	-	936	-	-	-	(936)	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	1.765	-	-	(1.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.007)	(4.007)
Reserva de lucros	-	-	-	-	5.435	(5.435)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.585	-	(6.585)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.532	5.536	5.208	22.236	24.152	-	90.664
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.797	15.797
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	790	-	-	-	(790)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.078)	(3.078)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	2.699	-	-	(2.699)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	8.869	(8.869)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	361	-	(361)	-
Dividendos adicionais conforme art. 199, da lei 6.404/76	-	-	-	-	(5.815)	-	(5.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.532	6.326	7.907	22.597	27.206	-	97.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		19.565	24.147
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	15	42	48
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	17	1.332	2.644
Receita de aplicações financeiras		(2.531)	(1.620)
Descontos financeiros obtidos	20	(1)	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		(168)	1.004
Reversão de contingências		(542)	(148)
		17.697	26.075
Redução (aumento) no ativo			
Concessionárias e permissionárias		446	852
Impostos a recuperar		1.482	(1.059)
Ativo contratual da concessão		1.367	(8.197)
Adiantamento a fornecedores		-	1.057
Outros ativos		(61)	(224)
		3.234	(7.571)
(Redução) aumento no passivo			
Fornecedores		(59)	48
Tributos e contribuições sociais a recolher		(2.946)	1.742
Provisões pré-operacionais		(294)	(83)
Encargos regulatórios		(43)	161
Outros passivos		47	73
		(3.295)	1.941
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(2.149)	(634)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.487	19.811
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimento de curto prazo		36.693	13.779
Aplicações em investimento de curto prazo		(21.385)	(22.530)
Variações do imobilizado		30	(29)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		15.338	(8.780)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(15.000)	-
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(49)	(54)
Pagamento de juros do financiamento	8.b	(1.332)	(2.980)
Pagamento de debêntures	8.b	(14.419)	(8.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(30.800)	(11.034)
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa		25	(3)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		31	34
Saldo no final do exercício		56	31
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa		25	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ("Companhia" ou "ETES") foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 21.519	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida - RAP a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2023-2024, conforme resolução homologatória nº 3.216.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

Em 15 de setembro de 2020, iniciou a operação comercial, a 3ª RBNI que adicionará a partir da mesma data uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 3,1 milhões, valor base ciclo 2020_2021.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que varia entre de 6,64% a.a a 9,18% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução nº 323/2018 do Ministério de Integração Nacional e Laudo Constitutivo nº 97/2021, a Companhia possui direito a fruição do novo benefício a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
 - Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	38	13
Aplicações Financeiras	18	18
	<u>56</u>	<u>31</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	6.192	18.969
	<u>6.192</u>	<u>18.969</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	1.254	1.729
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	98	69
	1.352	1.798

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 2023 a Administração da Companhia reavaliou os registros das rubricas de concessionárias e permissionárias e adiantamento de clientes e efetuou a reclassificação contábil do passivo de adiantamentos para concessionárias, nesta data-base e o montante R\$ 3.914 em 31 de dezembro de 2022. Essa reclassificação não trouxe impacto relevante para os ativo e passivo total da Companhia.

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	135.484
Receita de operação e manutenção (nota 14)	4.653
(-) Parcela variável (nota 14)	(12)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	18.708
Revisão tarifária periódica (nota 16)	8.986
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(24.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual	143.681
Receita de operação e manutenção (nota 14)	5.220
(-) Parcela variável (nota 14)	(150)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	17.172
Revisão tarifária periódica (nota 16)	1.447
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(25.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	142.314
Ativo contratual da concessão - circulante	16.680
Ativo contratual da concessão - não-circulante	125.634
	142.314

7. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional ao final da concessão.

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante	
			31/12/2023	31/12/2022
Debêntures 1ª emissão	26/06/2023	112% a.a da taxa DI	-	3.986
Itaú Unibanco S.A.	25/09/2023	100% CDI + 2,6% a.a.	-	10.418
			-	14.404

Em 26 de junho de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de 40.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 40.000, cuja efetiva data de liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debêntures tinham prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, o valor foi amortizado em parcelas mensais e consecutivas.

Em 26 de junho de 2023, data do vencimento, as debêntures foram quitadas.

A Administração da Companhia manteve o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). Até a data do vencimento, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

Em 25 de setembro de 2020 a Companhia captou junto ao Itaú Unibanco S.A. o montante de R\$ 10.000, com incidência de encargos de 100,00% do CDI + 2,6% a.a. Esta captação possui amortização semestral do principal e dos encargos, iniciando em 25 de março de 2022 e encerrando em 25 de setembro de 2023.

Em 25 de setembro de 2023, data do vencimento, a dívida foi quitada.

- b. As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:**

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do	Amortização do	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2022	(nota 17)	principal	encargos	captação (nota 17)	31/12/2023
Debêntures						
Debêntures - 1ª Emissão	3.986	159	(4.001)	(168)	24	-
Empréstimos e financiamentos						
Itaú Unibanco S.A.	10.418	1.164	(10.418)	(1.164)	-	-
	14.404	1.323	(14.419)	(1.332)	24	-

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do	Amortização do	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2021	(nota 17)	principal	encargos	captação (nota 17)	31/12/2022
Debêntures						
Debêntures - 1ª Emissão	11.947	1.049	(8.000)	(1.059)	49	3.986
Empréstimos e financiamentos						
Itaú Unibanco S.A.	10.842	1.497	-	(1.921)	-	10.418
	22.789	2.546	(8.000)	(2.980)	49	14.404

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	2.043	2.299
Pis Diferido	275	310
Cofins Diferido	1.268	1.426
Reserva Global de Reversão - RGR	434	488
Taxa de fiscalização ANEEL	66	75
Passivo não circulante	15.390	15.302
Pis Diferido	2.073	2.061
Cofins Diferido	9.548	9.494
Reserva Global de Reversão - RGR	3.266	3.248
Taxa de fiscalização ANEEL	503	499
	17.433	17.601

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	133	133	164	164
Diferido do ativo contratual	17.433	17.433	17.601	17.601
Outros	114	113	212	212
Subtotal	17.679	17.678	17.977	17.977
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	49.665	49.665	47.983	47.983
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	963	1.050	1.036	1.104
Diferido do arrendamento mercantil	117	117	153	153
Diferido do ativo contratual	51.755	51.755	48.247	48.247
Outros itens	(14)	-	(73)	(77)
Subtotal	102.487	102.587	97.346	97.410
Base de cálculo	84.808	84.909	79.369	79.433
Imposto diferido - base de cálculo	39.901	84.909	34.719	79.433
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	44.907	-	44.650	-
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	-
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	9.975	7.642	8.680	7.149
Total de IRPJ e da CSLL alíquota incentivada	2.807	-	2.791	-
Total IRPJ e CSLL diferidos	12.782	7.642	11.471	7.149
Total IR e CS alíquota aplicada		17.617		15.829
Total IR e CS alíquota incentivada		2.807		2.791
		20.424		18.620

A movimentação do imposto diferido e contribuição social diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Real					
	Dezembro 2021	Movimentação no resultado (nota 18)	Dezembro 2022	Movimentação no resultado (nota 18)	Art. 69	Dezembro 2023
Imposto de renda diferido	9.026	2.445	11.471	1.294	17	12.782
Contribuição social diferida	5.917	1.232	7.149	486	7	7.642
	14.943	3.677	18.620	1.780	24	20.424

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

- (i) Demandas Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista, sendo um com valor em risco de R\$ 26 e o outro R\$ 0. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 03 (três) processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade provável de perda, com valor em risco de R\$ 568.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas com probabilidade possível de perda:

- (i) Demandas Trabalhista:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 03 (três) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco total de R\$ 634, sendo um dos processos com valor em risco de R\$ 602, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco total de R\$ 592.
- (ii) Demandas Ambientais/Tributárias/Cíveis/Regulatórias:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 33.532 composto por 29.063.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

12. Patrimônio líquido - Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023 e 2022	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	29.063.999	100,00%
AF Energia S.A.	1	0,00%
Total das ações	29.064.000	100%

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	15.797	18.728
Constituição de reserva legal (5%)	(790)	(936)
Subtotal	15.007	17.792
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.078)	(4.007)
Reserva de Incentivo Fiscal	(2.699)	(1.765)
Reserva de lucros	(8.869)	(5.435)
Reserva de lucros a realizar	(361)	(6.585)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal	6.326	5.536
Reserva de incentivos fiscais	7.907	5.208
Reserva de lucros a realizar	22.597	22.236
Reserva de lucros	27.206	24.152
Saldo de reservas de lucros	64.036	57.132

12. Patrimônio líquido - Continuação

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia.

13. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A remuneração da administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2023 e 2022, R\$ 72 e R\$ 104, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

b. Dividendos

Em 08 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de saldo de dividendos referentes aos exercícios de 2021, 2015 e 2021 no montante total de R\$ 15.000.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encerrou seu exercício e destinou como dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 3.078, e dividendos adicionais referente ao excedente de reservas, conforme art. 199, da lei 6.404/76 no montante de R\$ 5.815.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 14.814 (R\$ 20.921 em 31 de dezembro de 2022).

c. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 133 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2022).

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	22.242	23.349
Receita de operação e manutenção (nota 7)	5.220	4.653
(-) Parcela variável (nota 7)	(150)	(12)
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	17.172	18.708
Deduções da receita operacional	(2.941)	(3.069)
Programa de Integração Social - PIS	(367)	(385)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.690)	(1.774)
Reserva global de reversão - RGR	(578)	(607)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(87)	(84)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(87)	(84)
Ministério de minas e energia - MME	(44)	(42)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(88)	(93)
Receita operacional líquida	19.301	20.280

15. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(267)	(294)
Material	(200)	(191)
Serviços de terceiros	(695)	(810)
Contingências	304	(38)
Aluguéis	(210)	(127)
Seguros	(64)	(54)
Outros tributos e taxas	(5)	(9)
Depreciação e amortização	(42)	(48)
Outros	(20)	(9)
Total custos dos serviços prestados	(1.199)	(1.580)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Outras receitas

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas		
* Revisão tarifária periódica (nota 7)	1.447	8.986
*(-) Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(178)	(1.101)
Outras Receitas Operacionais	10	-
Total Outras receitas	1.279	7.885

* Efeito da revisão da RAP no saldo do ativo contratual, com base na resolução homologatória ANEEL nº 3.174 publicada em 10 de março de 2023, que altera a Resolução Homologatória nº 3.050/2022, que homologa o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP.

Também com base no despacho ANEEL nº 848 publicado em 04 de abril de 2023, que altera os anexos da REH 3.067/2022, que estabelece as RAPs do ciclo 2022/2023 e determina que as alterações previstas nos itens anteriores ocorram no reajuste anual das receitas do ciclo 2023/2024.

17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas financeiras</u>	<u>2.490</u>	<u>1.641</u>
(*) Receita de aplicações financeiras	2.410	1.539
Atualização monetária ativa	76	99
Descontos obtidos	1	-
Outros	3	3
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(1.405)</u>	<u>(2.705)</u>
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 8c)	(1.323)	(2.546)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 8c)	(24)	(49)
Juros sobre arrendamentos	(13)	(19)
Atualização monetária	28	(30)
Outros	(73)	(61)
Total líquido	<u>1.085</u>	<u>(1.064)</u>

(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	19.565	19.565	24.147	24.147
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	16.264	16.264	14.540	14.540
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(17.947)	(17.947)	(14.613)	(14.613)
Ativo contratual CPC 47	(2.406)	(2.406)	(5.878)	(5.878)
Revisão tarifária periódica	(1.269)	(1.269)	(7.885)	(7.885)
(+) Outros	46	9	113	74
Lucro (Prejuízo) Fiscal	14.254	14.216	10.424	10.385
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	14.254	14.216	10.424	10.385
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(3.539)	(1.279)	(2.582)	(935)
Lei Rouanet (-) 1%	60	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	2.699	-	1.765	-
Outros	71	-	10	-
Total dos tributos correntes	(709)	(1.279)	(807)	(935)
Total dos tributos diferidos (nota 10)	(1.294)	(486)	(2.445)	(1.232)
Despesa total com tributos	(2.003)	(1.765)	(3.252)	(2.167)
Alíquota efetiva	19,26%		22,44%	

19. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

19. Instrumentos financeiros - Continuação

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	38	38	13	13	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	18	18	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos a curto prazo	6.192	6.192	18.969	18.969	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	1.352	1.352	1.798	1.798	-	Custo amortizado
	7.600	7.600	20.798	20.798		
Passivo						
Fornecedores	109	109	169	169		Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	-	10.418	10.418		Custo amortizado
Debêntures	-	-	3.986	3.986		Custo amortizado
	109	109	14.573	14.573		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.592 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures está vinculada a variação do CDI.

19. Instrumentos financeiros - Continuação

iv. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

v. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

vi. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
							31/12/2023
		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%	
Investimento de curto prazo	CDI	6.192	534	267	401	668	802

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Responsabilidade Patrimonial	45.215	68	04/08/2024
Responsabilidade Civil	10.000	5	04/08/2024
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2024
Total	105.215	74	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2